



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1013517-16.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Duplicata**
Requerente: **Radio Progresso de Sao Carlos Ltda**
Requerido: **Barbara Isis Feliciano**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Radio Progresso de São Carlos Ltda, qualificada nos autos, ajuizou pedido de cobrança em face de **Barbara Isis Feliciano**, igualmente qualificada, aduzindo, em síntese, que é credora da ré no valor de R\$ 8.353,50 (oito mil trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), referente ao inadimplemento das duplicatas de números 18575, 18805, 18898, 18899, 18900, em razão dos contratos de números 108703, 108879 e 109251.

Juntou documentos (fls.07/18 e 28/55).

A fls. 71 a autora requereu a expedição de ofícios às operadoras de telefonia, SAAE e CPFL, na tentativa de localizar o atual endereço da ré.

Decisão a fls. 72 indeferiu a expedição dos ofícios e determinou a elaboração de pesquisa junto ao SIEL e sistemas BacenJud e InfoJud.

Pesquisas a fls. 78/82.

A ré foi citada a folhas 92, não oferecendo resposta (fls.93), tornando-se revel.

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O pedido procede em parte.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido dando-se a revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Os documentos colacionados aos autos, quais sejam, o contrato de prestação de serviços de fls. 28/29, devidamente assinado, os comprovantes de exibição (fls.30/47), as notas fiscais de fls. 48, 50, 52, 54 e 55 e os instrumentos de protesto de fls. 49, 51 e 53 confirmam as alegações deduzidas na inicial. Ademais, não há como exigir a produção de prova negativa por parte da autora de que não recebeu os valores atrelados ao contrato de prestação de serviços colacionado a fls. 28/29.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido de cobrança, mas não na forma como postulada pela autora.

Nada obstante a revelia, a presunção de veracidade ocorre apenas quanto à matéria fática.

Isso porque os elementos de convicção trazidos aos autos não justificam o acolhimento integral do pedido.

Cediço que "a presunção contida no artigo 344 do NCPC de que "se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor" não conduz, necessariamente, à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo juiz, com base nas circunstâncias dos autos, das consequências jurídicas dos fatos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A autora pretende a condenação da ré ao pagamento de R\$ 8.353,50 (oito mil trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Nesse montante estão incluídos a multa penal, prevista na cláusula 8ª do contrato de prestação de serviços de fls. 28/29, no valor de R\$ 928,16 (planilha de fls. 56) e as multas previstas nas cláusulas 8ª e 9ª do contrato, no valor de R\$ 1.670,70, mais os honorários previstos na cláusula 9ª, no valor de R\$ 1.113,80.

Por primeiro, importante esclarecer que a multa prevista no contrato visa ressarcir os contratantes por danos decorrentes do rompimento ou pelo descumprimento das cláusulas do contrato, e tem como finalidade ressarcir a parte diante da frustração da expectativa do cumprimento do avençado. O descumprimento do contrato por uma das partes ou o seu desfazimento sem justo motivo, implica na aplicação de multa.

A imposição de multa contratual está regularmente prevista no contrato que foi livremente assinado pelas partes e se encontra compatível com a boa-fé contratual e a liberdade de contratar.

Seu valor, contudo, de 20% sobre o valor do contrato, mostra-se excessivo e não pode prevalecer, sob pena de enriquecimento sem causa da parte, devendo ser reduzido nos termos do previsto no artigo 413 do Código Civil que prevê que deve ser determinada a redução equitativa pelo juiz, se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

Vale citar comentário ao artigo 413, no Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência/Cláudio Luiz Bueno de Godoy [et al.]; coordenação Cezar Peluso. - 12. Ed., rev. E atual. - Barueri [SP]:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Manole, 2018, p. 422: "Diversamente do que estabelecia o art. 924 do CC revogado, o dispositivo é incisivo: o juiz tem o dever, não a possibilidade de reduzir, ao contrário do que constava do diploma legal revogado. A norma é de ordem pública, não admitindo que as partes afastem sua incidência, dispondo que a multa prevista é irredutível".

Destarte, ficou configurada abusividade e excesso na cobrança de “penalidades” contratuais, ainda mais levando em conta que há previsão de dois tipos de multas diferentes, sendo cobrada multa penal de 20% sobre o valor do contrato corrigido mais juros, e multa compensatória de 10% sobre o débito em aberto, sem prejuízos das penalidades moratórias (fls.56). Não há motivo para serem impostos dois tipos de multas diferentes, sendo certa que tal situação configura dupla penalidade que não pode ser permitida, pois o não pagamento do valor avençado entre as partes já faz incidir os encargos da mora, que são próprios para compensar o inadimplemento da parte.

Considerando-se o valor do contrato e o tipo de serviço prestado a quantia de fato se mostra elevada.

Desta forma, nos termos do artigo 413 do Código Civil, deve ser reduzido o valor da multa para 10% sobre o valor do débito.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

COBRANÇA Prestação de serviços de publicidade Insurgência contra decisão que afastou as multas previstas no contrato e os honorários contratuais Multa que se mostrou elevada no patamar previsto no contrato, mas que deve ser arcada por aquele que não cumpriu com as obrigações previstas Determinada a redução do percentual da multa para 10% sobre o valor do débito Inteligência do artigo 413 do CC Honorários contratuais que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

não integram os valores devidos pela parte requerida, pois se trata de vínculo liberal entre autora e seu procurador Recurso parcialmente provido. (TJSP; Apelação 1013508-54.2017.8.26.0566; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/05/2018; Data de Registro: 23/05/2018).

Quando da elaboração do cálculo de liquidação, a imposição de multa penitencial, nos termos do artigo 413 do Código Civil, deve observar o percentual de 10% sobre o valor do débito.

Em relação a previsão de honorários advocatícios, este também não é devido na forma em que constou da planilha de fls.56, pois tal verba se trata de vínculo liberal entre os contratantes, ou seja, é despesa decorrente do contrato firmado entre a autora e seu procurador, e assim, não cabe a parte ré arcar com os custos de tal serviço prestado a parte autora.

O Superior Tribunal de Justiça, em caso similar, decidiu: **PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. INCLUSÃO NA INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE.** 1. Os honorários advocatícios contratuais não integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos, conforme o disposto nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002. Precedentes: REsp 1.480.225/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 11/9/2015; AgRg no REsp 1.507.864/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 25/9/2015; AgRg no REsp 1.481.534/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 26/8/2015). 2. Agravo Regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp 746234 / RS, Ministro HERMAN BENJAMIN, j.27.10.2015).

Deverá ainda, ser excluído do cálculo constante da inicial, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

montante relativo aos honorários advocatícios, sob pena de *bis in idem*.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido e CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R\$ 4.640,84, com correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data em que realizado o cálculo de fls. 56, devendo ser incluído no cálculo a multa penal, no importe de 10% sobre o valor do débito e excluído o montante referente aos honorários advocatícios, nos termos da fundamentação supra.

Dada sua sucumbência preponderante, condeno o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se e intime-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 22 de agosto de 2018.